

A Marinha Brasileira no pós-guerra do Paraguai – uma análise a partir da imprensa militar.

Luiza das Neves Gomes¹

Por muito tempo, a temática militar foi tratada como um adendo dos estudos de história política produzidos no país. Até recentes inovações no campo da historiografia, os registros de temas militares no Brasil concentravam-se, de maneira geral, na descrição e discussão de estratégias de campanhas militares, narração de batalhas e biografias de chefes militares. Isso ocorria, segundo os críticos, porque não havia interesse em se compreender o comportamento e as instituições militares em seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. (CASTRO, 2004: 23-26)

Assim, torna-se inviável pensar os fenômenos sociais, como a guerra ou revoltas militares, sem o estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura.

Neste sentido, a “nova história militar” hoje se abre para novas abordagens. Embora continue trabalhando temas tradicionais como guerras ou biografias, porém sob uma nova perspectiva, através de novos métodos, como por exemplo, o uso da imprensa. É nesta perspectiva que vamos analisar os discursos militares, nos periódicos *A Gazeta Naval*(1877) e *o Soldado e o Marinheiro* (1869)², para entendermos a Marinha e seus membros no pós-guerra do Paraguai.

Daremos ênfase aos anos finais do Império, pois, foi um período marcado por intensas insatisfações e reivindicações de diversos de grupos militares que depois de anos sendo a elite do império neste momento formavam uma contra-elite. É neste sentido, que vamos analisar a situação de descaso com as forças armadas pela elite civil brasileira o que mais tarde desencadeou o radicalismo militar.

¹ Mestranda do Programa de Pós graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UERJ e bolsista CAPES

² Foram analisados os artigos publicados no *Soldado e o Marinheiro* a partir de Outubro de 1869 até Dezembro do mesmo ano. Já na *Gazeta Naval* analisei o mês de Dezembro de 1877, o único que mês que está disponível. A escolha destes dois jornais é devido a fortes evidências do envolvimento de militares da Marinha na redação desses jornais.

Com certeza a Guerra do Paraguai foi um divisor de águas nessas questões uma vez que esta foi um marco no processo que desencadeou o movimento de reforma e radicalização das forças armadas. No Brasil a guerra gerou uma crise financeira que acarretou na derrocada do regime monárquico e encerrou o período de maior projeção e prestígio político do Império, tanto no contexto interno quanto externo. O Estado imperial brasileiro, após um período de quase vinte anos de estabilidade política, viveu a sua primeira grande crise de dimensões nacionais, em razão das necessidades de mobilização dos recursos econômicos da nação para sustentar aquele esforço de guerra, que se mostrou muito mais exigente neste aspecto do que os conflitos externos anteriores.

Uma das chaves para a compreensão do surgimento do movimento de radicalização militar é a posição financeira do Brasil na época. Vamos verificar que as políticas fiscais e orçamentais do governo brasileiro durante a década de 1870 e 1880 foram guiados por quatro fatores . Segundo Dudley, o primeiro foi o desequilíbrio financeiro trazido pelos gastos da guerra do Paraguai, em segundo lugar, o declínio econômico do açúcar e fazendas de algodão do norte, o terceiro fator foi a falta de trabalho, escravo ou livre, em áreas de crescimento agrícola, e, finalmente, as despesas do governo para socorrer a população das áreas devastadas nordeste, onde é que até 200 mil pessoas morreram de fome durante 1877-1880. (DUDLEY,1972: 48) Em vista desses fatos, estadistas e políticos brasileiros civis exibiram pouca preocupação com os gastos militares e projetos para melhorar as forças armadas.

Assim, durante o período do pós-guerra, as despesas militares ocuparam uma posição constante declínio entre as prioridades nacionais fiscais. Tudo isso afetou os níveis de tropas, o recrutamento, a aquisição de novos equipamentos, a eficácia da remuneração, organização e subsídios e a promoção de oficiais. Dudley afirma que a natureza drástica financeira dos exércitos é exemplificado pela severos cortes na mão de obra, construção militar e a responsabilidade material que ocorreu durante o ministério de guerra do Marquês de Herval (DUDLEY,1972: 56)

No que toca aos aspectos organizacionais, vários problemas destacados no interior do Exército por inúmeros autores da história militar³, neste trabalho serão

³ Ver, CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: Carvalho, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

apontadas também na Marinha, como por exemplo: a falta de modernização de equipamentos; leis de promoção anacrônicas, baixos soldos, instalações precárias e sistema de recrutamento arbitrário.

A demora nos pagamentos, a negligência parlamentar financeira e a negação de aumentos salariais foram os principais elementos que influenciaram a reforma nas forças armadas, que se viam num momento crítico devido ao aumento no custo de vida.

Schulz a partir da análise do Jornal A Tribuna Militar afirma que o pagamento militar era inadequado. Este periódico afirma que os militares foram obrigados a viver de forma indigna, uma vez que o subsídio de alimentação de um mil réis por dia foi descrito como ridículo por causa da multiplicação do custo de alimentos. Na citação abaixo podemos perceber o quanto os membros da Marinha eram mal pagos alertando assim que a não havia preferência pela Marinha no Império.

Sobre a situação dos oficiais da Marinha John Schulz afirma:

“Comentando a situação da Marinha (cuja escala de salário era ligeiramente inferior à do Exército), a Gazeta de Notícias [em 01/03/1888] afirmava que um guarda-marinha ganhava no Rio a mesma coisa que um inspetor de fazenda analfabeto, enquanto um Almirante recebia um salário equivalente ao de um assistente de guarda-livros. Apenas aqueles oficiais do exército e da Marinha que conseguiam obter algumas concessões bem remuneradas podiam viver dos seus salários de militares” (SCHULZ, 1994: 119)

O fato é que as dotações dos exércitos foram congeladas a níveis anteriores à guerra do Paraguai, o que a classe militar não esperava. A vitória sobre o Paraguai significou o surgimento de expectativas no sentido de que a sociedade civil, de onde provinha a classe política, haveria de reconhecer o “tributo de sangue” vertido em defesa da nação. A guerra tornou patentes as graves deficiências das forças armadas e despertara nos oficiais aspirações de aperfeiçoamento profissional inéditas em sua intensidade. Puderam estas aspirações se alimentar, durante a guerra, com o volume de recursos que o governo canalizou para a sustentação das forças combatentes. Segundo Edmundo Campos Coelho, as despesas do ministério da Guerra “atingiram os níveis mais altos de todo o período monárquico e, no ano fiscal de 1865/1866, constituíram 50% das despesas governamentais”. Mas terminada a guerra, elas “declinaram aos níveis mais baixos de toda história do império”, representando, “no ano fiscal de 1878/1879, apenas 8% do total das despesas governamentais.” (COELHO, 1976: 61)

Dudley também faz uma análise dos orçamentos militares e diz que a partir de uma comparação entre o orçamento militar com o orçamento nacional, entre 1863-1889, se pode presumivelmente medir a importância relativa da instituição militar e suas necessidades. Entretanto, o autor alerta que quando se vê os gastos militares brasileiros deve-se ter disponíveis os números absolutos não só representam gastos projetados para o ministério da guerra, mas também os gastos projetados para o orçamento total nacional. Dudley chega a conclusão que durante os anos 1870 e 1880, houve uma diminuição relativamente brusca da parte do exército do orçamento nacional, de 21% por cento para 10,3%. (DUDLEY,1972: 225)

Além disso, no final da década de 1870 o Parlamento votou a redução de efetivos das forças armadas, e com isso os exércitos foram deixados com seu menor número de homens, o que não se via desde o tempo de paz em 1841. Assim, exatamente em 1878 pretendeu-se reduzir o quadro de oficiais combatentes, extinguir o Batalhão Naval, diminuir os vencimentos do pessoal de máquinas e suprimir o Coselho Naval. (MENDONÇA , 2001: 146)

Era justamente contra tal estado das forças armadas que os militares pertencentes aos periódicos A Gazeta Naval e O Soldado e o Marinheiro das décadas finais do século XIX se engajavam. Na visão desse grupo, era imperativa a necessidade de reformas profundas nesse quadro “desolador”.

Esses dois periódicos tinham publicação semanal e são compostos por artigos anônimos uma vez que seus editores temiam perseguições dentro de sua própria força.

O periódico O Soldado e o Marinheiro (1869) que irei pesquisar mais a fundo, já demonstram o caminho da busca da modernização militar e denunciam o quanto as forças armadas estavam já no ostracismo. Este periódico aponta o interesse das duas classes e é redigida por militares que participaram da Guerra do Paraguai, entretanto é composto de artigos anônimos.

Em diversas passagens desse jornal se vê a referência a participação na guerra, como:

“(…) mas que o presente artigo seja um protesto. Dê-se ao menos atenção ao marujo, ao soldado, já que elles não temerão as balas e as sanhas ferozes dos paraguayos. (...) E nós, vindos da aurora da redempção, que o Ypiranga presenciou em suas margens, batidas da sorte e apalpados de miséria e infortúnio”.(O Soldado e o Marinheiro. 23/10/1869)

Podemos, resumidamente, expor as principais posições do “O Soldado e o Marinheiro”: na área militar, preocupação com a modernização dos equipamentos e na reforma no recrutamento ; na área política, crítica virulenta ao caráter atrasado e tirânico da elite imperial e pelo abandono da classe militar; e na área econômica, defesa da transformação do Brasil de país agrícola em país industrial. Apesar de ousado em seus objetivos, o projeto econômico do jornal revela algumas deficiências, como a pouca precisão no que diz respeito aos setores da indústria que deveriam ser privilegiados. Além do mais, a condenação da elite agrária que dominava o país não é acompanhada por uma contestação maior como a estrutura da propriedade fundiária.

No artigo do dia 16 de Outubro de 1869, do Jornal O Soldado e o Marinheiro, intitulado O Presente e o Futuro do soldado, vamos verificar já a abordagem de algumas dessas questões:

“(…) Não se protege a indústria, que é a vida de um Estado; não se anima a agricultura, que é um manancial de recursos; não se auxilião as artes e as letras; não se promove a instrução; não se faz nada. A culpa onde está? No governo de hontem, no de hoje e em todos que hão de vir.” (O Soldado e o Marinheiro, jornal militar. 16/10/1869)

Segundo John Schulz, não é de surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Nos anos cinqüenta, a academia militar da capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias. (SCHULZ, 1994: 35)

Na primeira publicação de O Soldado e o Marinheiro em 9 de Outubro de 1869 se diz:

“E qual será a causa do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria, e nunca para viver com Ella? Será a deficiência de conhecimentos que inhabilita para as altas funções do Estado? Não, porque hoje os militares são perfeitamente instruídos não só nas sciencias phisicas e mathematicas abstratas e applicadas, como também no direito e na economia política” (O Soldado e o Marinheiro. 9/10/1869)

A partir da Guerra do Paraguai (1865-70) as forças armadas foram esquecidas pelo governo imperial. A guerra contra Solano López, apesar de exitosa, chamou a atenção para as debilidades da corporação diante de um aparato militar modernizado como o paraguaio. Surge daí a necessidade de aparelhamento das forças armadas

segundo novos padrões de eficiência e técnicas de combate. No entanto, como observa Sodré, o desenvolvimento técnico-militar esbarrava nas arcaicas estruturas produtivas do país. (SODRÉ,1979: 142)

O Brasil dessa época tinha uma população predominantemente rural e analfabeta, uma industrialização incipiente, arcaica estrutura agrário-exportadora, alta concentração fundiária e considerável presença de trabalho escravo. Diferentemente de países como Inglaterra e França, que àquela altura enveredavam por um caminho industrializante, a economia nacional estava ainda inteiramente voltada para o comércio de exportação de produtos primários e importação de manufaturas.

As rápidas mudanças que ocorreram nas bases industriais nos países centrais, com os adventos da Segunda Revolução Industrial, ancorada na grande indústria pesada, química, eletricidade e no capital financeiro, mudou a forma e a magnitude da indústria da construção naval. Para os governos e camadas dirigentes da maioria dos países europeus, as alterações estruturais mostravam-se cada vez mais profundas, com crescentes taxas de urbanização e alfabetização, franca expansão das atividades agrícolas e industriais, crescimentos ininterruptos das taxas vegetativas e a conseqüente expansão do mercado consumidor e aumento da renda média das classes trabalhadoras.

Era nessas concepções do mundo ocidental que as forças armadas tentaram se espelhar. A Marinha de Guerra brasileira procurava, então, equiparar-se às marinhas dos países europeus, como a aclamada Marinha britânica, e a adoção dos navios a vapor mostrava-se fundamental, não meramente por mimetismo estrangeiro, mas porque os comandantes da esquadra brasileira, viajando pelos mares internacionais, observando navios de outras Marinhas, percebiam que o ritmo da guerra marítima mudara e que os navios a vela haviam se tornado obsoletos.

No final do Império os arsenais do país começam apresentar sinais de crise, como os do Pará, Recife e Bahia, que estavam abandonados e executavam apenas serviços de reparos navais. Nos relatórios da Marinha era constante a queixa dos diretores que reivindicavam mais recursos financeiros e pessoal técnico.(FILHO, 2009: 9) O país ainda não tinha uma indústria pesada internalizada no território nacional capaz de sustentar uma moderna construção naval pautada no ferro e na mecânica pesada.

Dispostos a renovar a esquadra, os ministros da Marinha no período passaram a

solicitar, em seus relatórios, orçamento para a construção naval no Arsenal de Marinha, na Ilha das Cobras, e para compra de navios no exterior. Muitos contratos entre o Estado e estaleiros europeus – com destaque, novamente, para a Inglaterra - foram feitos para a aquisição desses navios, já desde a década de 1850.

A compra de navios estrangeiros para renovação da esquadra perdurou até os primeiros anos da República, sendo parte integrante de um posicionamento de dependência econômica que já se desenhava desde 1822.

Enquanto as nações verdadeiramente conscientes do significado do Poder Marítimo cuidavam de construir seus próprios navios e armamentos, até mesmo aquelas que não dispunham das matérias-primas necessárias, ficou o Brasil, inexplicavelmente, preso a um conceito econômico fatal à segurança nacional, a importar navios, equipamentos, canhões, torpedos, manuais, doutrinas e tudo o mais (Marinha do Brasil, 2001:130).

Os orçamentos navais ficaram mais pesados com esses gastos, o que acabou gerando muita polêmica no meio político. Segundo Vidigal, comprava-se no exterior porque ainda não havia no Brasil a mão-de-obra com especialização suficiente para ser empregada na construção naval bélica. (VIDIGAL,1985: 29).

Ao fim da guerra, a partir dos relatórios ministeriais e da bibliografia, sabemos que os planos navais apresentados pelos ministros da Marinha à Assembléia reiteradamente tratavam da necessidade de uma renovação completa da esquadra, “voltada para a solução dos problemas específicos criados pela guerra, estando as demais tarefas impostas à Marinha pela política imperial, prejudicadas” (Vidigal, 1985: 43). Embora não tenham sido contemplados em sua totalidade, os programas navais apresentados são reflexos da burocratização da Armada, que procurava se modernizar tecnologicamente, e fazer valer sua importância nas decisões políticas brasileiras.

É neste contexto que surge o periódico *Gazeta Naval* em 1877. Esta *Gazeta* aceitava todos os escritos científicos que versassem sobre a organização e administração da Marinha, os relativos a economia, ao serviço, e a disciplina em geral, qualquer estudo, reflexão, notícia ou fato que se prenda ao interesse geral da armada. Esta *Gazeta* tinha a clara finalidade de denunciar a decadência da força naval.

“A *Gazeta Naval* agora surgindo á luz tem por primeiro dever dirigir um apello á autoridade, desdobrando-lhe aos olhos o estado lastimável do nosso material, e conjurando-a a que reconsidere a multiplicidade de actos, que como outros tantos males e vícios introduzidos na selva de

uma alta instituição e de um classe nobre tornam de dia em dia mais deplorável e calamitoso o estado de nossa força militar” (Gazeta Naval. 1/12/1877)

Este periódico dá detalhes de como se constituía a esquadra brasileira da década de 1870. Com objetivos de modernizar a marinha de guerra queriam ser ouvidos pelas autoridades:

“Para justificar esse apello para convencer à autoridade a quem nos dirigimos, e ao paiz para quem escrevemos, que não são temereres vão nem falsas idéias que nos alarmam e alarmam a corporação, á autoridade e ao paiz, vamos dizer a verdade despida de reservas, vamos descrever nossa Marinha tal qual ella é; mostrar em todos os seus pontos suas fraquezas, seus vícios e seus defeitos, ao mesmo tempo expondo em toda a nudez o pedestal cambaleante em que assenta sua organização.”(Gazeta Naval. 1/12/1877)

No início da Guerra da Tríplice Aliança, a Esquadra brasileira dispunha de 45 navios armados. Desses, 33 eram de propulsão mista - à vela e a vapor - e 12 dependiam exclusivamente do vento. As embarcações eram, portanto, adequadas para operar no mar, e não nas condições de navegabilidade restrita e águas pouco profundas, como as dos rios Paraná e Paraguai. A possibilidade de encalhar era um perigo constante. Além disso, os navios possuíam casco de madeira, muito vulneráveis à artilharia de terra que ficavam posicionadas nas margens.

Portanto, era preciso uma renovação na esquadra brasileira que só poderia avançar mediante avanços na sua base industrial. Como a indústria local era incapaz de atender a crescente demanda da Marinha, que se modernizava, a solução era fazer encomendas junto aos estaleiros europeus. Esta estratégia adotada pela Marinha desperdiçava grandes oportunidades para montar no território nacional uma indústria da construção naval pesada.

“Pode haver nada mais desolador; que marinha de guerra é esta, que não tem um vaso apropriado para o navio-escola dos guarda-marinha?

-allunos?

Que marinha de guerra é esta, composta na sua maior parte de navios podres, composta de rebocadores e bombardeiras transformadas em canhoneiras; composta de Antonio Joao, Felippes Camarao, Fernandes Vieira, Henrique Dias, podres, alguns de folha de ferro que não podem afrontar o mar, que não podem combater nem mesmo rios. Se não há intenção occulta de se extinguir a marinha do Império; se não se quer depender anulamente de 11 mil contos(...).”(Gazeta Naval,1/12/1877)

A experiência da Guerra do Paraguai, mais do que mostrar aos militares a necessidade de modernização, também fez com que a fidelidade sempre exaltada ao poder maior do país – o Império – não mais alimentava os militares como antes.

É nesse contexto que começam os militares a reclamar a ruptura do modelo agrário exportador e a estabelecer a relação entre indústrias estratégicas e de armamentos. A conscientização dos militares para o problema do “atraso” brasileiro alterou radicalmente o padrão de relacionamento da Marinha com as elites civis do Império.

Podemos verificar que nos anos finais do Império os políticos civis não reconheciam o valor de seus exércitos e os ministros militares, geralmente civis, não estavam verdadeiramente conscientes das necessidades das forças armadas. Dos 63 ministros da Guerra durante o reinado de D. Pedro II, 27 eram militares e 36 civis. A maioria dos ministros militares exerceu a função nos primeiros anos do segundo reinado. Entre 1865 e 1889, dos 38 ministros que ocuparam a Pasta, 29 foram civis e apenas 9 eram militares. (LOPES, 1950: 12-15)

Tito Henrique afirma que os heróis navais do Prata receberam títulos nobiliárquicos, tais como os do Exército, mas sua projeção política nunca foi significativa, ao contrário: a pasta da Armada só foi ocupada por civis de Janeiro de 1864 até junho de 1889, quando assumiu o Vice-Almirante Barão de Ladário. Essa questão também foi denunciada no jornal O Soldado e o Marinheiro:

“ainda palpitão os feitos brilhantes dos nossos bravos do exército e da armada nessa luta gigantesca da civilização contra a barbaria, a que se chama Guerra do Paraguay, e entretanto as portas do parlamento se fecham ruidosas embargando o ingresso aos beneméritos da pátria” (O Soldado e o Marinheiro. 23/10/1869)

O ostracismo em que viviam as forças armadas era constantemente denunciada por esse periódico:

“Sahido dos Mattos bravios do Paraguai, onde vivem ainda as tradições do guaicuru o soldado que participou da guerra cobre-se de glória, e morre no campo da honra coberto de moscas” (O Soldado e o Marinheiro. 7/11/1869)

“E esta classe tão sympathica á nação. Porque Ella adherem todas as outras, médicos, padres, pharmaceuticos, enfermeiros, empregados de fazenda, e até negociantes fornecedores, vive no Brasil condemnada ao ostracismo dos grandes quinhões do Estado, e de certas posições e importância a que idubitavelmente

tem direito por seus serviços, ilustração e patriotismo.” (O Soldado e o Marinheiro.23/10/1869)

Uma outra questão levantada nesse periódico era o modo como eram realizados o recrutamento. Viam as injustiças do recrutamento forçado, não só pela desumanidade do método, mas na baixa qualidade dos recrutas.

“Si em 1864 em lugar de destacamento de eleição, como era então o nosso exército, tivéssemos elementos essenciaes a uma verdadeira força armada, nao teríamos sido insultados; mesmo o ousado agressor não invadiria as nossas fronteiras. Si em vez de massas indisciplinadas , e reunidas pelo patriotismo do momento, possuiremos entao um exército regular, de ha muito que o paiz, fluindo tranquila paz, estaria activo promovendo os melhoramentos moraes e materiaes de que tanto carece.” (O Soldado e o Marinheiro.23/10/1869)

Na sociedade do Império, os exércitos ocupavam lugar secundário. Dado o baixo prestígio social e a remuneração insuficiente, a carreira das armas não atraia os jovens da aristocracia rural, que em lugar da farda optavam pelo anel de “doutor” em ciências (especialmente jurídicas), obtido nas principais faculdades do país – São Paulo e Recife – ou da Europa.

Assim, dentro deste contexto, existiam grupos atrativos ao recrutamento forçado, tendo como alvo aqueles que viviam no ócio, sendo estigmatizado por conter vadios e desempregados. O acesso às armas pelas classes subalternas atemorizava as elites tradicionais, que se apressaram para esvaziar o poder do Exército, condenando-o à impotência quase total. (KRAAY, 1999: 115)

Neste sentido, a finalidade do recrutamento não se restringia a fornecer um número suficiente de soldados para o serviço militar. Visava também e, em certos momentos até mesmo principalmente, exercer o controle social, punindo supostos desordeiros, homens pouco obedientes às hierarquias sociais ou aqueles recalcitrantes ao trabalho. (MEZNAR, 1992: 338)

Meznar afirma que a repulsa ao recrutamento no Brasil pode ser entendida como pertencente à economia moral dos pobres, que resistiam acreditando que o serviço das armas era desabonador da moral e da conduta e que, portanto, deveria restringir-se aos criminosos e vadios. Eram os “homens sem honra”, isto é, os homens pobres – incluindo-se aí os “vadios” e até mesmo criminosos – que compunham as fileiras militares. (MEZNAR, 1992: 339)

Assim, o serviço militar, na condição de praça nas forças de primeira linha, impunha-se como uma forma de castigo aos indivíduos marginalizados ou considerados incorrigíveis.

O periódico aponta para as dificuldades do recrutamento e faz referências ao sistema de recrutamento da Prússia. No sistema prussiano de conscrição todos os homens elegíveis serviam num tempo de serviço curto, seguido de seu alistamento numa reserva do Exército e depois na Milícia; seria uma versão da levée en masse da Revolução Francesa existente em meados do século XIX. (KRAAY, 1999: 135)

O período de duração do serviço militar prussiano variava de 1 a 3 anos, conforme o país, quando os conscritos recebiam instrução militar e noções de civismo. Ao final desse período, os alistados tinham direito ao licenciamento e poderiam voltar às suas vidas civis, passando a constituir parte da reserva mobilizável. Cada ex-recruta recebia a sua documentação de reservista e mesmo integrado à vida civil deveria conhecer, previamente, os pontos de concentração de tropas em caso de mobilização para a guerra. O exército se encarregaria de vestir, equipar, armar e municiar os reservistas convocados, que formariam esquadrões, baterias e companhias que, por sua vez, se agrupariam para formar batalhões, regimentos, brigadas e divisões de exército das três armas combatentes (infantaria, cavalaria e artilharia) totalizando, muitas vezes, milhares e até milhões de homens agrupados.

Era esse modelo de recrutamento que era idealizados pelos militares brasileiros deste período.

A partir de tudo que foi exposto podemos verificar que fortalecidas pela vitória na Guerra do Paraguai, as Forças Armadas procuravam se reestruturar tanto do ponto de vista interno institucional quanto do ponto de vista externo, almejando maior participação das decisões e rumos do Império.

O objetivo deste trabalho foi verificar que a política de erradicação da instituição militar também atingiu a Marinha, apesar de ser colocada como a “guardiã” do Império, assim como o Exército nos anos finais do século XIX. Os baixos soldos, a falta de modernização de equipamentos, instalações precárias e os baixos orçamentos militares afetaram as duas forças e fizeram com que essas reagissem à monarquia brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: poder desestabilizador”. In: Fausto, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira (vol. 9). São Paulo: DIFEL, 1977.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org). Nova História Militar Brasileira, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DUDLEY, William S. “Institutional sources of Officer discontent in the Brazilian Army, 1870-1889”. In Hispanic American Historical Review, vol. 55, no. 1, 1975 _____ . Reform and Radicalism in the Brazilian Army, 1870-1889”. Tese de Doutorado apresentado em 1972 na Universidade de Columbia.

FILHO, Alcides Goularti. História Econômica da Construção Naval no Brasil: Formação de aglomerado e Performance Inovativa. Trabalho apresentado no XXXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA em 2009.

HAYES, Robert Ames. Nação armada: a mística militar brasileira. Trad. Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM: 1999.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural- Revista História em Reflexão: Vol. 2 n. 4 – UFGD -jul/dez 2008

MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2001. 4vol.

MEZNAR, Joan. The ranks of poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. In: Hispanic American Historical Review. Duke University Press, 1992.

QUEIROZ, Tito Henrique S.. O associativismo militar no Brasil (1890-1940). Dissertação de mestrado em Ciência Política. UFF, 1997

SCHULZ, John. Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894). São Paulo: EDUSP, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979,